

Governo eleva impostos para compensar CPMF

Pacote fiscal aumenta o IOF e a contribuição sobre o lucro líquido das empresas

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – O governo lançou ontem um pacote de medidas de aumento de tributos, principalmente do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas. As mudanças foram realizadas para compensar a perda de R\$ 6,7 bilhões de receitas previstas no Programa de Estabilidade Fiscal (PEF) que não mais ocorrerão por causa do atraso na aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da rejeição, por parte do Congresso, da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos. Ao mesmo tempo, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), como estímulo à retomada da produção e do emprego.

Uma medida provisória, um decreto presidencial e uma portaria do Ministério da Fazenda criaram uma alíquota adicional temporária de 0,38% do IOF para vigorar durante a interrupção da cobrança da CPMF – a partir de 24 de janeiro de 1999 e até o início de julho, pela previsão da equipe econômica. As empresas vão pagar mais CSLL, pois a partir de

primeiro de abril do próximo ano, não mais poderão deduzir como despesa os juros de empréstimos e os juros remuneratórios do capital próprio. Essa possibilidade foi mantida para a apuração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

As remessas de dinheiro para paraísos fiscais passarão a pagar 25% de Imposto de Renda (IR) e as margens dos atacadistas de carros importados passarão a pagar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), hoje cobrado na distribuição de carros nacionais. O IR na fonte incidente sobre o rendimento dos fundos de investimento imobiliário será elevado dos atuais 15% para 20%. Os ganhos de capital obtidos com a venda ou o resgate de quotas desses fundos também tiveram o IR elevado de 10% para 20%.

As alterações nas regras atuais do IOF e da CSLL vão garantir a maior parte das receitas – R\$ 1,9 bilhão e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente – para permitir em 1999 o saldo positivo (superávit primário) nas contas do governo central de R\$ 16,3 bilhões e, com isso, alcançar a meta estabelecida no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outro R\$ 1,4 bilhão será obtido com a antecipação de receitas de concessão ligadas à privatização da Telebrás, que deveriam ingressar no caixa só em agosto do ano 2000.

O governo conta ainda com R\$ 1,3 bilhão de novos cortes de gas-



Pedro Malan e Pedro Parente: objetivo das medidas de ajuste fiscal seria a redução das taxas de juros

tos e “outras medidas”, ainda indefinidas, para cobrir a frustração de receitas anteriormente esperadas para o próximo ano. Essas medidas somente serão anunciadas nas próximas semanas e boa parte delas ainda está em processo de discussão dentro do governo. Por enquanto, o Ministério da Fazenda garante apenas que está descartado o aumento do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF).

2.ª Guerra – “O biênio 1998/1999 provavelmente será um dos mais difíceis que a economia mundial experimentou desde a 2.ª Guerra Mundial”, afirmou o ministro da Fazenda ao iniciar a entrevista

coletiva para o anúncio das medidas complementares do PEF. Ele disse que em janeiro, o governo reapresentará ao Congresso a instituição da cobrança da contribuição dos aposentados e pensionistas da União, rejeitada duas vezes pelos parlamentares e também a medida que eleva a contribuição dos servidores ativos.

“Também contamos com a aprovação da CPMF no Congresso até o fim de março para que a contribuição tenha vigência efetiva em julho, depois de cumprida a noventena de abril a junho”, completou Malan.

O ministro enfatizou que o objetivo das medidas de ajuste fiscal é a redução das taxas de ju-

ros. Por isso, depois de conversações com o ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, Celso Lafer, o Ministério da Fazenda e o Banco Central decidiram mudar a metodologia da base de cálculo da TJLP. “O número exato da nova TJLP será divulgado antes do primeiro dia útil de 1999, mas haverá uma expressiva redução.”

“Isso mostra que estamos empenhados em adotar medidas não só de combate ao problema de desequilíbrio fiscal, mas que também assegurem a retomada da produção e do emprego no próximo ano”, ressaltou Malan.